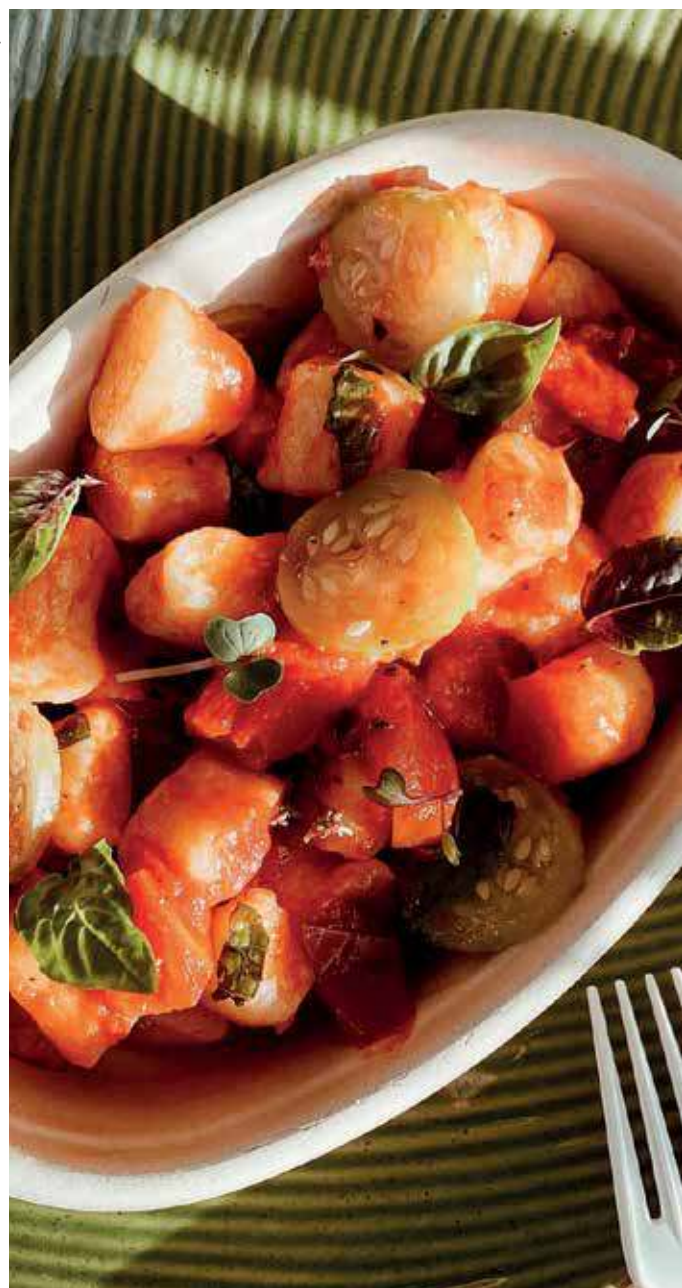


O POVO

DIVULGAÇÃO



Comes&Bebes

RESTAURANTES
INVESTEM EM COMIDA
AFETIVA, SAUDÁVEL
E QUE REATIVA AS
MEMÓRIAS

PÁGINAS 1 E 3

JÚLIO CAESAR



ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS

Fórum Estadual de Educação é contra retomada em 2020

Fórum manifesta preocupação quanto à capacidade das escolas de cumprirem o protocolo de segurança. Documento será entregue a Camilo Santana **CIDADES, PÁGINA 15**

Caso Mizael: Mãe diz que inquérito da Polícia Militar é uma farsa

CIDADES, PÁGINA 17

JOKA MADRUGA/AE



BRASILEIRÃO 2020 Defesa se acerta e Ceará segura O a O fora de casa com o Athletico-PR. Vovô segue fora do rebaixamento **ESPORTES, PÁGINA 21**

ECONOMIA

Com mercado em alta, venda de material de construção bate recorde no Ceará

PÁGINA 11

POLÍTICA

O que candidatos planejam para o Horário Eleitoral que começa hoje

PÁGINA 6

REPORTAGEM

A instabilidade política da América do Sul e as perspectivas pós-pandemia

PÁGINAS 4 E 5



Fórum Estadual de Educação é contra retorno presencial da rede de ensino no Ceará em 2020

| PANDEMIA | Decisão foi tomada em reunião remota que aconteceu ainda em setembro. Documento será encaminhado ao governador Camilo Santana

ÍTALO COSME

italocosme@opovo.com.br

O POVO teve acesso com exclusividade a um documento que será entregue ao governador Camilo Santana pelo Fórum Estadual de Educação do Ceará (FEE) sobre "As condições das escolas do Ceará para o retorno das aulas presenciais no período da Covid-19". A síntese do debate, envolvendo representantes de 45 instituições, manifesta preocupação em relação às condições efetivas para o cumprimento das normas de biossegurança estabelecidas no decreto nº 33.730. Como encaminhamento final, o Fórum aprova posição contrária ao retorno das aulas presenciais.

O Sindicato das Escolas Particulares (Sinepe/CE) votou pelo retorno parcial, "manifestando o compromisso de continuidade do diálogo permanente com todos os segmentos e instâncias envolvidas".

Entre os integrantes do Fórum estão o Conselho Estadual de Educação (CEE), a Secretaria da Educação (Seduc), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (Ifce), o Ministério Público do Estado do Ceará/Educação (MPE), a Universidade Estadual do Ceará (Uece), a Universidade Federal do Ceará (UFC) e a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime-CE), além de representantes sindicais e estudantis.

"O debate, fruto desse relato, ocorreu com o critério de escuta plural dos órgãos, instituições e entidades integrantes do fórum, na busca de um posicionamento propositivo para atuação de todos na superação das principais dificuldades impostas pelo isolamento social decorrente da pandemia da Covid-19", diz o documento do FEE.

A reunião remota foi realizada no último 22 de setembro. Entre os pontos tratados estão a situação das escolas indígenas e rurais, os diferentes momentos epidemiológicos pelos quais passam as cidades e o trabalho desenvolvido por professores.

As condições físicas das escolas públicas e de algumas "poucas" da rede privada seriam obstáculos para o retorno. Além de não estarem adaptadas para receber os estudantes de forma segura, as unidades não teriam recursos financeiros disponíveis e tempo hábil até o final do ano letivo para realizar as intervenções necessárias, avaliaram os representantes, que também ressaltaram a dificuldade de testar massivamente profissionais, alunos e famílias de todos os municípios.

"No sentido de manter o FEE no papel de instância mediadora e de acompanhamento da educação no Estado e com assento no FNE- Fórum Nacional de Educação e no Fórum Nacional Popular de Educação - FNPE", o Fórum do Ceará faz diversas recomendações. Entre elas, destaca a necessidade de diálogo para ações de segurança sanitária implementadas no contexto de sua complexidade. Além das condições de acompanhamento ao alunado que volta

ao atendimento presencial e da realização da busca ativa e apoio aos estudantes evadidos.

A Coordenadora Geral do FEE, a professora Ciza Viana Moreira sublinha a posição do Fórum como reflexo do entendimento da maioria dos integrantes. Ela resalta que a decisão é democrática e respeita a pluralidade que é da natureza do fórum, resultado da própria composição. "Vamos encaminhar ao Governo do Estado. Se isso vai mudar a posição ou não, eu não tenho condição de responder. O processo democrático possibilita a escuta, a troca, o contraditório. Foi isso o que o Fórum fez."

Ainda com reabertura incerta das escolas estaduais e frente ao desejo de quase a totalidade dos municípios cearenses para retorno apenas em 2021, Ciza destaca o trabalho e a mediação nos próximos meses para retomada educacional de forma segura. "Esse diálogo vai continuar aberto para acompanhar as políticas públicas de educação aplicadas no Estado e ser propositivo", adianta.

JÚLIO CAESAR



ESCOLA Estadual de Ensino Médio Santa Luzia, na Praia de Iracema, fez adaptações; realidade é diferente entre as unidades da rede pública

O QUE DIZ O RELATÓRIO

Alguns pontos avaliados

- 1 Adaptação insuficiente da estrutura física de escolas públicas e algumas da rede privada. Além da falta de recursos financeiros e tempo hábil para intervenções exigidas pelo decreto estadual
- 2 A situação das escolas indígenas e rurais, sem infraestrutura e condições de acesso aos equipamentos e mídias eletrônicas, não conseguiram fazer um atendimento remoto ou de outra natureza aos seus alunos
- 3 Transmissão ativa em algumas cidades do Estado
- 4 Dificuldades de testagem em massa de profissionais, alunos e famílias em todos os municípios
- 5 Profissionais ajustaram suas condições físicas, financeiras e emocionais para prestar atendimento a uma parte significativa dos alunos
- 6 Cada rede e município individualmente têm suas peculiaridades e uma problemática local distinta para gerenciar

LUCIANA PIMENTA

FONTE: Fórum Estadual de Educação do Ceará

Encaminhamentos

- 1 O retorno presencial para todas as escolas, públicas e privadas, com previsão inicial para 2021, só deve ser autorizado com a garantia de todas as medidas de segurança estabelecidas
- 2 É necessário fazer um investimento em equipamentos de multimídias para as aulas remotas que estão acontecendo com muitas dificuldades e também na melhoria das instituições para o retorno em 2021
- 3 A decisão do retorno presencial em cada município e rede de ensino precisa que a Seduc e os Conselhos de Educação sinalizem para todos pais,
- 4 professores, alunos e movimentos sociais as reais condições de funcionamento das escolas e o andamento das atividades de finalização do ano letivo.
- 5 É necessário manter um amplo diálogo permanente para garantir que as medidas de segurança sanitária sejam implementadas; alunos que retornem presencialmente sejam acompanhados; garantia de busca ativa e apoio aos estudantes evadidos.
- 6 O município deve ter autonomia a favor de resguardar as vidas de toda comunidade escolar.

Rede estadual

Seduc diz que decisão envolverá comunidade escolar

Em nota, a Secretaria da Educação (Seduc) divulgou ontem, 8, que conselhos escolares, grêmios estudantis, professores, gestores e comitês escolares devem decidir juntos sobre a retomada das aulas presenciais em cada escola na rede pública estadual. Ainda sim, reforça que não tem uma data definida para o retorno.

"A decisão efetiva sobre a retomada em cada unidade de ensino será consensual", explica. Sobre a posição do Fórum de Educação contra o retorno das atividades presenciais em 2020, a pasta explica que "as decisões são definidas via

votação dos membros e critério democrático. Assim, a decisão da maioria vence".

Para retornar às atividades presenciais, as escolas devem se encaixar nos seguintes critérios: apresentar infraestrutura adequada, possuir Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para alunos e funcionários e estar aptas quanto ao cumprimento das normas de segurança sanitária estabelecidas no Procolo 18 - Atividades Educacionais divulgado pelo Governo do Ceará. Além disso, todos os profissionais precisam ser testados para Covid-19. Segundo a Seduc, estão sendo investidos

R\$ 46,4 milhões em adaptações, incluindo a realização de obras, a aquisição de insumos e a compra de equipamentos de proteção individual (EPI). Os recursos são do Tesouro Estadual e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

As aulas presenciais da rede municipal de Fortaleza não retornarão em sistema presencial em 2020, como foi anunciado em coletiva realizada no último dia 30. O prefeito Roberto Cláudio (PDT) informou que a decisão foi tomada em preocupação à segurança sanitária pela contaminação da Covid-19. Aproximadamente 125 dos 184 municípios

cearenses só devem reabrir as escolas em 2021, como apontou a enquête realizada, pela Associação dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece), com todos os prefeitos do Estado.

De acordo com o decreto governamental nº 33.742, de 20 de setembro de 2020, ficou autorizada uma nova fase de transição para a retomada da educação apenas para os 44 municípios da Região de Saúde de Fortaleza, a partir de 1º de outubro. Na rede pública estadual, poderão retornar ao presencial as turmas da 3ª série do Ensino Médio e educação profissional, com 35% de capacidade.